



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 178/2020
Data: 19/02/2020 - Horário: 09:28
Legislativo


PROJETO DE LEI Nº ____/2020

DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE
PRIORIDADE NOS TRÂMITES
PROCEDIMENTAIS DAS AÇÕES
JUDICIAIS CÍVEIS, CRIMINAIS E
ADMINISTRATIVOS AOS CRIMES DE
ESTUPRO E FEMINICÍDIO NO ÂMBITO
DO ESTADO DE ALAGOAS.

Art. 1º Fica garantida a prioridade nos trâmites procedimentais das ações judiciais cíveis, criminais e administrativos, relativas à Lei n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, aos crimes de estupro e feminicídio no âmbito do Estado de Alagoas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió,
17 de fevereiro de 2020.


FÁTIMA CANUTO
Deputada Estadual



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO**

JUSTIFICATIVA PARA O PROJETO DE LEI

A violência contra a mulher está arraigada na sociedade, desde a sua subjugação, até o fato desta ser violentada ou morta por questões de gênero.

A crescente violência contra a mulher é um problema social que precisa ser sanado e carece de uma maior atenção da sociedade, uma vez que seus danos irreparáveis vão além da violência física, tornando-se também uma violência psicológica, gerando traumas a quem sofre e podendo ocorrer à morte da vítima.

Percebe-se que o patriarcalismo ainda subsiste, influenciando muito no comportamento do homem, sendo este um problema social e cultural marcado pela discriminação e submissão, vez que, o homem vê a mulher como sua propriedade, tornando-a totalmente submissa a ele.

A Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006) foi criada com o intuito de diminuir todo e qualquer ato de violência contra mulher, muitos dos quais infelizmente acabam tragicamente com a morte da vítima, muitas vezes por falta de uma resposta processual célere e eficaz.

Diante da violência de gênero, no ano de 2015 foi sancionada a Lei Federal Nº 13.104/15, prevendo o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio perpetrado contra a mulher “por razão da condição de sexo feminino”, quando envolve “violência doméstica e familiar” e “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. A egrégia Lei ainda transformou esse tipo de assassinato em crime hediondo.

Torna-se importante que, para além da existência de leis protetivas acerca desses temas, a exemplo a Lei nº 13.104/15, a Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e do Código Penal Brasileiro, sejam criados mecanismos que possam dar celeridade ao trâmite de processos judiciais que tratam deste assunto.

Desta forma, o objetivo deste Projeto de Lei é garantir uma maior proteção à vítimas do estupro e do feminicídio, corroborando o combate à violência e assassinato por motivação de gênero.




ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

A matéria em questão pode ser tratada por lei estadual, uma vez que conforme disposto na Constituição da República, no seu art. 24: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) XI - procedimentos em matéria processual”.

Tendo em vista a certeza que esta iniciativa constitui um aperfeiçoamento relevante para o ordenamento jurídico no âmbito de nosso Estado, submeto o presente projeto de lei e conto com o imprescindível apoio dos meus Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió,

17 de fevereiro de 2020.


FÁTIMA CANUTO
Deputada Estadual